

ENTRE BIOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS DE PESQUISA(DORES): MEMÓRIA OPERÁRIA E REFLEXÕES DE UM HISTORIADOR NATIVO

*Felipe Augusto dos Santos Ribeiro*¹ 

Resumo: O presente artigo busca refletir sobre os dilemas e as potencialidades dos historiadores nativos, especialmente nas pesquisas sobre memória operária. A partir do compartilhamento de experiências de pesquisa, envolvendo biografias e trajetórias próximas de sua convivência em um distrito operário têxtil, o autor aborda sobre desafios, inseguranças e aprendizados acumulados, estimulando o debate sobre novas formas narrativas para a história do trabalho, a partir da atuação de pesquisadores que são oriundos de famílias operárias ou cidades com forte tradição fabril, construindo outras perspectivas e discussões sobre memória e identidade desses trabalhadores.

Palavras-chave: Memória operária. Historiadores nativos. Biografias. Trajetórias. História do trabalho.

BETWEEN BIOGRAPHIES AND TRAJECTORIES OF RESEARCHERS: OPERATING MEMORY AND REFLECTIONS OF A NATIVE HISTORIAN

Abstract: This article seeks to reflect on the dilemmas and potential of native historians, especially in research on worker memory. Based on the sharing of research experiences, involving biographies and trajectories close to his coexistence in a textile worker district, the author addresses challenges, insecurities and accumulated learning, stimulating the debate on new narrative forms for the labor history, starting from performance of researchers who come from a working-class family or of cities with a strong manufacturing tradition, building other perspectives and discussions on the memory and identity of these workers.

Keywords: Worker memory. Native historians. Biographies. Trajectories. Labor history.

ENTRE BIOGRAPHIES ET TRAJECTOIRES DE CHERCHEURS: MÉMOIRE OPÉRATIONNELLE ET RÉFLEXIONS D'UN HISTORIEN AUTOCHTONE

Résumé: Cet article cherche à réfléchir sur les dilemmes et le potentiel des historiens autochtones, en particulier dans la recherche sur la mémoire des travailleurs. Basé sur le partage d'expériences de recherche, impliquant des biographies et des trajectoires proches de sa coexistence dans un quartier des travailleurs du textile, l'auteur aborde les défis, les insécurités et les apprentissages accumulés, stimulant le débat sur les nouvelles formes narratives de historique du travail, basées sur performance des chercheurs issus de familles de travailleurs ou de villages avec une forte tradition industrielle, construisant d'autres perspectives et discussions sur la mémoire et l'identité de ces travailleurs.

Mots-clés: Mémoire des travailleurs. Historiens autochtones. Biographies. Trajectoires. Historique du travail.

¹ É Professor Adjunto de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba. Doutor em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV), integra o Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT) e o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP), além de atuar como Coordenador Acadêmico Local do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) na UESPI.

ENTRE BIOGRAFÍAS Y TRAYECTORIAS DE INVESTIGADORES: MEMORIA OPERATIVA Y REFLEXIONES DE UN HISTORIANO NATIVO

Resumen: Este artículo busca reflexionar sobre los dilemas y el potencial de los historiadores nativos, especialmente en la investigación sobre la memoria de la clase trabajadora. Basado en el intercambio de experiencias de investigación, que involucran biografías y trayectorias cercanas a su convivencia en un distrito de trabajadores textiles, el autor aborda desafíos, inseguridades y aprendizajes acumulados, estimulando el debate sobre nuevas formas narrativas para la historia del trabajo, basado en desempeño de investigadores que provienen de familias de trabajadores o ciudades con una fuerte tradición manufacturera, construyendo otras perspectivas y discusiones sobre la memoria e identidad de estos trabajadores.

Palabras clave: Memoria de la clase trabajadora. Historiadores nativos. Biografías. Trayectorias. Historia del trabajo.

Introdução

[...] O sindicato existe há muito tempo. [...] Depois com o esforço da diretoria que o Astério dos Santos era presidente, aí que foi indo. [...] Conseguiram fazer aquela sede. E foi daí pra cá que o sindicato evoluiu, né? [...] Igual a Astério nunca teve presidente não. Eu acredito que nunca teve e nunca terá, sabe? Ele foi um grande presidente mesmo... Que ele era um sujeito muito honesto, muito enérgico. Não tem ninguém pra continuar o trabalho dele... Ainda há esse fracasso da fábrica aí, né?... (OLIVEIRA, 1992, p. 59-60).

Esta entrevista anônima foi concedida por um ex-contramestre e delegado sindical à pesquisadora Sônia Maria Gonzaga de Oliveira, quando ela realizava seu trabalho de campo no distrito de Santo Aleixo, em Magé/RJ, entre os anos de 1979 e 1982, para uma pesquisa que objetivava o “estudo das particularidades que o sistema de fábrica com vila operária apresentava nessa localidade” (OLIVEIRA, 1992, p. 2).

O interesse da pesquisadora por Santo Aleixo se dava tanto pelas duas fábricas de tecidos de algodão que o distrito abrigava, quanto por ela participar de um grupo de pesquisa dedicado a estudar o padrão fábrica com vila operária, sendo um dos seus coordenadores o antropólogo José Sérgio Leite Lopes, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ), que produziu trabalhos clássicos sobre essa temática (LOPES, 1988). Mais tarde, esta pesquisa realizada por Sônia Gonzaga de Oliveira teve como desdobramento sua dissertação de mestrado, defendida em 1992 no mesmo Museu Nacional e orientada por Leite Lopes.

Para além do inovador estudo que vinha desenvolvendo, seu trabalho de campo foi bastante marcado pelo período de crise que testemunhou no distrito ao final da década de 1970: o processo de desativação da antiga Fábrica Santo Aleixo, fundada em 1848 e rebatizada como “*Esther*” em 1941 pela Companhia de Fiação e Tecelagem

Bezerra de Mello, sua última proprietária. Anos antes da chegada de Sônia à Magé, a Companhia América Fabril, proprietária das fábricas Pau Grande e Santana, também no município, já havia solicitado sua concordata, em 1971, provocando paulatinamente o fechamento de suas unidades, ainda que em meio a tentativas frustradas de reativação (WEID; BASTOS, 1986, p. 23)

Iniciado o processo de decadência do ramo industrial têxtil na cidade – que se prolongou por quase duas décadas em algumas empresas, como a Fábrica Andorinhas, também no distrito de Santo Aleixo –, seus operários começaram a construir uma narrativa própria sobre o fechamento das fábricas, interpretado como uma ameaça à sua identidade social. Era como se a fábrica, ao “parar de rodar”, também fizesse a vida “parar de rodar” e perder seu sentido (OLIVEIRA, 1992, p. 52), consolidando traumas culturais gerados por essas mudanças, bem como reforçando imagens de esquecimento e abandono (PIMENTA, 2012, p. 102).

Com a paralisação das fábricas, toda uma dinâmica social – marcada pela centralidade do trabalho têxtil e para além dos muros do estabelecimento fabril – foi posta em xeque, comprometendo não apenas as fontes de emprego na localidade, mas a moradia dessas famílias operárias, sua alimentação, suas práticas de esporte e lazer, seu acesso a equipamentos de saúde e educação, enfim, reforçando ainda mais a insegurança estrutural vivida pela classe trabalhadora (SAVAGE, 2004; 2011). “É aquela tristeza porque a fábrica está parando de rodar. É tudo um bando de família triste”, relatou à época uma tecelã para a pesquisadora (OLIVEIRA, 1992, p. 45).

Não é à toa que, ao analisarmos mais detidamente as memórias desses operários e operárias, logo percebemos que o período entre as décadas de 1940 e 60 passou a configurar para eles como uma espécie de “lugar de memória”, que precisava ser reiteradamente incitado à lembrança (NORA, 1993, p. 7), onde a valorização de uma “harmonia social” entre trabalhadores e patrões convivia com um certo orgulho do município ter sido conhecido como “moscouzinho”, devido as lutas operárias travadas ao longo do século XX na localidade (RIBEIRO, 2016, p. 158-159).

Esta idealização do passado também seria bastante reforçada pelo falecimento de alguns personagens centrais desse período, que remetiam a esta época considerada áurea, como o prefeito Waldemar Lima Teixeira, falecido em 1973, comerciante, bastante ligado à administração fabril e ao futebol operário local, tendo sido prefeito da cidade por três ocasiões (1947; 1951-1954; e 1959-1962); e o dirigente sindical Astério dos Santos, falecido em 1977, operário têxtil, militante comunista, presidente do

sindicato entre 1956 e 1964 e vereador de 1959 até o início da ditadura militar, quando foi preso por diversas vezes e torturado pelas forças de repressão. Sobre este último, na comparação com os dirigentes sindicais que atuavam no contexto de fechamento da fábrica, por exemplo, esses trabalhadores têxteis questionavam os que “tomavam café com o gerente da fábrica” e não se impunham em prol dos interesses de classe, reforçando a invocação, como contraponto, das “gestões de um presidente mitificado nos relatos do passado” (OLIVEIRA, 1992, p. 59).

E foi justamente neste contexto de desindustrialização em Santo Aleixo que o autor deste artigo passou a infância e a adolescência, vivendo a fase final de uma vila operária e tornando-se a primeira geração da família que não trabalhou em uma fábrica de tecidos, algo que era recorrente desde o final do século XIX. Além disso, havia laços de parentesco com Astério dos Santos, recorrentemente evocado nas memórias operárias da localidade, sendo neto do dirigente sindical. Obviamente que todos esses aspectos se tornaram uma “questão” quando decidiu pesquisar sobre este tema ao ingressar na universidade.

Com intuito de compartilhar essas experiências, repletas de desafios, inseguranças e aprendizados, gostaria de propor neste artigo – narrado em primeira pessoa –, algumas reflexões acerca da atuação de historiadoras e historiadores nativos, tendo como foco pesquisas sobre memória operária, o que inevitavelmente envolve biografias e trajetórias próximas e/ou familiares para esses pesquisadores.

A expressão “historiador nativo”, que utilizo no presente trabalho e busco esboçá-la enquanto uma categoria analítica, foi algo que diversas vezes ouvi ao longo de minha trajetória acadêmica, seja para qualificar minhas pesquisas ou de colegas que também viveram em cidades ou famílias operárias e estudavam seus grupos de origem. Obviamente, esta expressão ainda não encontra o devido balizamento no campo da história. Em outras áreas, porém, já existe um certo debate em relação a categoria “nativo”, sobretudo a antropologia, sendo utilizada inicialmente para “facilitar a diferenciação e classificação entre pesquisadores e pesquisados, por meio do apelo à origem naquele grupo ou espaço (a natividade) onde se desenvolvia a pesquisa” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 42):

À medida que a antropologia amplia seu campo de pesquisa para além daquelas sociedades definidas como “tradicionais”, todos se tornaram (de certa forma) nativos de algum grupo social. Nesse contexto, gradativamente, surgem vários pesquisadores de dentro de grupos que outrora só recebiam “estrangeiros” como

etnógrafos, e muitos deles escolhem a sociedade à qual pertencem como objeto de sua pesquisa. [...] Diferente dos pesquisadores que vêm de fora, esse tem relações com o seu objeto e campo que transcendem o interesse científico: há um sentimento de pertença que resulta dos afetos e demais formas de sociabilidades desenvolvidas e do conhecimento quase intuitivo das práticas e rotinas. Há diversas formas de ser nativo (e de, por consequência, ser um nativo etnógrafo), assim como são diversos os grupos sociais que existem: esses vínculos podem estar relacionados a um movimento social ou cultural do qual se faz parte, a um grupo étnico, a uma comunidade de orientação sexual, a um tipo de pertença baseada na posição espacial (vila, bairro, favela, cidade), entre outros (CONCEIÇÃO, 2016, p. 42-43).

Uma importante referência neste debate é o antropólogo Gilberto Velho (1978, p. 36), ao discutir a “necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho” enquanto premissa das ciências sociais para legitimação de uma pesquisa. O autor argumentou que o envolvimento entre pesquisador e objeto de estudo não configura, a priori, um defeito ou imperfeição. Neste sentido, buscou desconstruir deduções sobre familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento e/ou desconhecimento, sustentando a possibilidade de transcendência às limitações de origem na pesquisa antropológica, onde o familiar não seria visto necessariamente como exótico, mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela em que fomos socializados. “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes” (VELHO, 1978, p. 46).

A propósito, podemos mencionar exemplos de pesquisadoras e pesquisadores considerados expoentes das ciências sociais que, oriundos de famílias operárias, também tiveram de enfrentar, em alguma medida, essas questões epistemológicas. Uma delas pesquisadoras foi Florence Weber (2009), que retornou à cidade operária onde passou a infância, na França, para observar, durante a década de 1980, comportamentos de trabalhadores metalúrgicos quando eles não estavam na fábrica, o que denominou como “trabalhos paralelos” (*travail à cotê*), aqueles realizados fora do ambiente formal de trabalho. Outro exemplo foi Richard Hoggart (1973), nascido em uma família operária inglesa e que buscou compreender o alcance dos meios de comunicação de massa junto aos trabalhadores de periferia na Inglaterra, sobretudo no contexto posterior a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tendo como balizamento algumas de suas experiências familiares e sociais vividas no bairro operário em que nasceu.

Entretanto, o que pretendemos demarcar aqui é o crescente número de historiadores nativos realizando estudos sobre classe trabalhadora no Brasil. Nos

últimos anos, tenho encontrado pesquisadoras e pesquisadores nesta condição “nativa” que apresentam variados dilemas decorrentes dessa relação. Por vezes, esses questionamentos aparecem nos agradecimentos ou na introdução dos seus trabalhos; em outras, são levantados oralmente, seja na própria banca de avaliação, nas comunicações em eventos acadêmicos ou em conversas informais. A título de exemplo, gostaria de citar trechos de alguns estudos que dialogam com a história social do trabalho e reforçam a argumentação que desenvolvo neste artigo:

A maioria das pesquisas realizadas sobre a região e sua industrialização ainda pertence a pessoas não oriundas do local. Não acredito que o fato de ter o objeto da pesquisa tão próximo a minha trajetória pessoal e familiar me credencie a realizar um melhor trabalho, mas confesso que curiosamente o fato de pesquisar essa temática e local me ajudou a compreender melhor a história de minha própria família e sua trajetória (SILVA, 2010, p. 1).

Às inquietações acadêmicas que motivaram o interesse por este tema somam-se os aspectos afetivos. Temos em nossa própria memória lembranças de uma infância na qual, entre uma brincadeira e outra, ouvia-se o som do apito das fábricas, servindo-nos como coordenada para o início ou o fim de uma atividade. Indicando-nos, por exemplo, a hora em que nossos pais saíam para o trabalho ou dele retornavam, o momento do almoço, do jantar ou da ida à escola (MELLO, 2019, p. 20).

Foi em meio a uma família e uma vizinhança, cuja principal ocupação era o corte da cana, que eu nasci, cresci e pude conviver durante parte da minha vida. Assim, o convívio com essas pessoas desde a infância despertou-me o interesse em buscar conhecer esse cotidiano pra além das questões visíveis que eu já conhecia, a adentrar com empatia o mundo da subjetividade desses trabalhadores e compreender as relações que estes estabelecem tanto no mundo do trabalho, quanto fora dele (COSTA, 2017, p. 5).

[...] Essa história que pesquiso e que, aos poucos, fui me dando conta de como fazia parte de minha própria história de vida. [...] Durante as entrevistas, quando os trabalhadores rememoravam algo, eu também lembrava (TRISTAN, 2016, p. 12).

Demorei para encontrar a problemática e um objeto de estudo, mas fui muito feliz no tema da pesquisa. [...] Percebi que a minha cidade faz parte de um clássico exemplo de fábrica-cidade e sua história está diretamente relacionada à instalação da fábrica têxtil [...]. Compreendi que tinha um precioso objeto histórico sob meus olhos. (ARCOVERDE, 2014, p. 15).

[...] Na situação de escolher o meu objeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso, resisti um pouco, a princípio, a pesquisar os operários que estiveram no meu cotidiano. Sob a alegação de que talvez minhas memórias de infância não me permitissem o distanciamento necessário para trabalhar com a temática (OLIVEIRA, 2017, p. 11).

Desse modo, ressaltamos que uma geração de pesquisadores nativos tem surgido no país – oriundo de famílias operárias ou cidades com forte tradição fabril –, atuantes nas mais diversas áreas das ciências humanas, desde a graduação até a docência, aspecto que está intimamente ligado ao processo de interiorização e ampliação nas formas de ingresso das universidades brasileiras, implementado nas últimas décadas. Algo relativamente novo, mas que já aponta para um debate instigante sobre esta categoria de historiadores nativos, englobando as trajetórias de pesquisa e desses pesquisadores, as possibilidades de construção de novas formas narrativas no campo da história do trabalho e, principalmente, as potencialidades desses estudos.

Embora o trabalho de pesquisa visando resgatar o lugar dos trabalhadores como protagonistas da história brasileira venha de muitas décadas, não há dúvidas de que ele deu um grande salto de qualidade no período mais recente, quando, com muita luta e sacrifício, os filhos da classe trabalhadora começaram a conquistar um espaço crescente na vida acadêmica do país (FORTES, 2019, p. 13).

A partir deste breve panorama introdutório, gostaria de compartilhar algumas de minhas experiências enquanto historiador nativo e minha trajetória de pesquisa, buscando exemplificar desafios, inseguranças e aprendizados acumulados, bem como apresentar apontamentos e reflexões iniciais para o fomento de debates sobre a temática proposta.

Do tabu familiar à pesquisa histórica

“Quinze anos de bordoadas neste município aterrorizaram esta geração”, resumia o militante José Muniz Cardoso, no início de 1980, fazendo referência à violenta repressão que se instalou no distrito de Santo Aleixo após o golpe de 1964 (JORNAL DO PT, Mar. 1980, p. 6).

Oriundo de uma família que sofreu bastante com essa realidade, o nome de Astério dos Santos era raramente mencionado durante minha infância. Por outro lado, em encontros informais pelas ruas do distrito, desde pequeno escutava referências positivas ao “tal Astério”, mencionadas por pessoas próximas aos meus pais, sendo também bastante comum comparações das nossas fisionomias, do tipo “esse menino é a cara de Astério”. Tudo isso gerava uma grande curiosidade de nossa parte em saber quem era esse sujeito do qual as pessoas falavam tanto na rua. Evitando maiores

detalhes, minha mãe dizia que ele estava no cemitério e eu, sempre que chovia, pedia para irmos lá, pois não queria que o vovô “morresse afogado”. Coisas de criança...

Ao longo de minha trajetória escolar, o ensino de História – inicialmente com o nome de Estudos Sociais – era o que menos provocava interesse, talvez pelo seu forte conteúdo para a formação moral e cívica, enaltecendo datas e heróis na construção de uma “ideia de nação associada à de pátria” (BITTENCOURT, 2008, p. 61). Na prática, eu não conseguia estabelecer conexões entre as histórias dos livros didáticos e das aulas com a vida cotidiana.

Porém, na adolescência, o interesse por história e pela história da família vieram à tona, principalmente quando fundei, com outros colegas, um jornal escolar – o *Informativo Colégio 1º de Maio* –, que também continha notícias da cidade e era distribuído gratuitamente pelas ruas. A partir da demanda de um leitor e assíduo colaborador do jornal – Ademir Calixto Oliveira, pesquisador autodidata – começamos a elaborar seguidas reportagens sobre a história local, sempre marcadas por uma certa nostalgia, quase que chancelando, sem ainda ter lido, a assertiva de E. P. Thompson (2012, p. 145) sobre os tecelões ingleses do século XIX, com suas histórias permeadas “pela lenda de um passado melhor”.

O fato é que essa experiência de projetar possíveis matérias sobre acontecimentos históricos do distrito, realizar entrevistas com personagens “de carne e osso” (incluindo pessoas próximas e familiares), levantar fontes sobre os temas das matérias, escrever as reportagens e acompanhar os comentários de leitores/moradores sobre essas histórias publicadas por mais de três anos no jornal, me levou à universidade pública – a Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ) – para o Curso de Licenciatura Plena em História. Desde o início, minha pretensão era pesquisar algo sobre a indústria têxtil na cidade, a despeito dos comentários desanimadores: “é difícil, pois não tem fonte”.

Logo no início do curso, recebi um “balde de água fria” durante a disciplina de *Introdução aos Estudos Históricos*, quando comecei a conhecer historiografia Rankeana e sua narrativa “dos grandes heróis”, algo que parecia muito próximo ao meu trabalho no jornal e às leituras que fazia dos pesquisadores locais, caracterizados negativamente como memorialistas. Como desdobramento dessa discussão, outro ponto polêmico era a abordagem biográfica no campo da história, muitas vezes vista com reservas, por conta de suas ilusões em potencial (BOURDIEU, 2006). Logicamente, essas questões e

impressões eram muito mais latentes em meus pensamentos de estudante calouro do que algo programático das disciplinas do curso.

Poucos períodos depois, no entanto, uma obra bastante debatida em uma das disciplinas de História Medieval – *Guilherme, o Marechal*, de George Duby (1986) – me levaria repensar a abordagem biográfica, sem desviar do objetivo de compreender um grupo, pois mesmo contando uma história a partir do fio de um destino pessoal, poderíamos continuar nos atendo à história problema e à história questão. Não por acaso, o título do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação foi “*Astério dos Santos, o operário*”, ressaltando que seu tema não era o dirigente sindical, mas os tecelões de Santo Aleixo, seus valores, suas memórias e suas identidades. Por ocasião de sua publicação em livro, o título do TCC foi modificado (RIBEIRO, 2016).

Mas foram nas disciplinas de História do Brasil, combinadas à forte discussão sobre os conceitos de memória e identidade na universidade, que o meu objeto de pesquisa, enfim, traçou um rumo. Por um lado, eu manifestava certo estranhamento às narrativas históricas sobre o mundo do trabalho no contexto democrático brasileiro entre 1945 e 1964, por conta dos resquícios de uma abordagem que ainda enxergava a classe trabalhadora no negativo, considerando sua consciência de luta aquém do “ideal” e bastante ligada ao sindicalismo “de cúpula” (IANNI, 1968; WEFFORT, 1973).

Na comparação com as histórias que eu escutava dos antigos operários de Santo Aleixo, havia algo em descompasso, pois o período “áureo” para eles era exatamente este, tido como desmobilizado ou sem autonomia. De outro lado, chamava a atenção o quanto essas histórias contadas por simples trabalhadores eram, por assim dizer, informais ou “quase secretas”, principalmente as de conotação política que faziam alguma referência ao golpe de 1964. Eram temas tabus, similares ao percebido em minha família, desde a infância, porém com mais escapes de acesso. Na realidade, eram memórias coletivas subterrâneas que gostaríamos de torná-las públicas por meio da pesquisa:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o

passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação (POLLAK, 1989, p. 8).

Paulatinamente, todo esse envolvimento seria ainda potencializado com a verificação do quanto essa história operária era excluída nas próprias produções dos memorialistas da cidade. Quando faziam referência ao trabalho têxtil, tão importante para o município, o que predominava era o enaltecimento dos proprietários das fábricas e seus respectivos gerentes em uma concepção de “grande família operária”, negligenciando sobremaneira a capacidade de agência desses trabalhadores e trabalhadoras enquanto sujeitos históricos. “Você vai fazer uma prova e contar sobre a vida da gente lá na universidade?”, questionou uma ex-bobinadeira e espuladeira ao conceder entrevista para Sônia Gonzaga Oliveira, no fim da década de 1970 (OLIVEIRA, 1992, p. 30).

Vale ressaltar que, embora descortinando uma instigante possibilidade de pesquisa, vários dilemas do historiador nativo ainda se mantinham. Um deles era desconstruir o temerário e provável “ufanismo” com a história da minha cidade; o outro era o “peso” de ser neto de um relevante personagem daquela história, pondo em risco a pesquisa por conta da falta de “distanciamento metodológico” necessário. Por insegurança, eu acabei omitindo esta informação junto ao meu orientador por algum tempo. Quando ele soube, tratou logo de nortear e valorizar nosso trabalho, minimizando aquelas “caraminholas” em minha cabeça.

Faço questão que abordar aqui esses aspectos, inclusive indicando meu itinerário de leituras e problematizações, não por intenções hagiográficas, mas por nos depararmos, enquanto docentes, com jovens historiadoras e historiadores que também compartilham desses dilemas e, por vezes, desistem de desenvolver determinado tema de pesquisa por falta de orientação ou apoio. Parafraseando Mike Savage, diria que uma certa “insegurança estrutural” se evidencia entre pesquisadores oriundos da classe trabalhadora ao ingressar na universidade, aspecto que precisa ser considerado pela comunidade acadêmica e demanda nossa reflexão.

Os desafios com as entrevistas

Ao iniciar o planejamento para a realização de possíveis entrevistas, deparei-me com alguns problemas. O primeiro deles foi o “vício” do formato de entrevista que desenvolvemos na época do jornal. Poucas delas gravadas em áudio e, ainda assim, sem a devida preparação e o rigor metodológico (MEIHY, 1996; ALBERTI, 2004). De certa forma, essas entrevistas que realizamos antes do ingresso na universidade muito se pareciam com uma coleção de depoimentos colhidos pelo Grupo Centenário com antigos moradores, em 1992, por ocasião das comemorações dos cem anos do distrito de Santo Aleixo.

Estas fontes, atualmente disponíveis publicamente para pesquisa (RIMA, 2020), consistiam em anotações e resumos de depoimentos não gravados, organizados por eixos temáticos, consolidados individualmente por entrevistado, com a devida identificação. Reuniam informações preciosas sobre o passado da cidade, porém, eram utilizadas com cautela, de forma mais coadjuvante, em diálogo com outras fontes ou estimulando *insights* para a pesquisa. Na realidade, a maioria desses relatos impunham um exame mais apurado sobre a natureza de sua produção e seus usos para a pesquisa histórica, tendo em vista que muitos deles não poderiam ser classificados propriamente como uma fonte produzida a partir da metodologia de história oral. Eram relatos memoriais escritos, com potencial intervenção de terceiros, seja na mediação e/ou tradução do que foi narrado por cada uma das pessoas entrevistadas.

Um dos casos mais interessantes neste sentido foi em relação à Greve do Pano, ocorrida em 1918, considerada um dos marcos da memória local, como início de um processo de aprendizado político dos trabalhadores. No depoimento que concedeu ao Grupo Centenário, o operário José Pereira Leal Neto, conhecido como “Zé Batateiro”, já falecido, declarou ter nascido em Teresópolis-RJ no ano de 1908, tendo ido morar em Santo Aleixo em 1921, portanto, após a Greve do Pano. Assumindo-se comunista e líder operário, afirmou ainda ter participado de uma greve em 1935, quando teria enfrentado, junto com seus companheiros, um contingente de quinze praças de um Regimento de Infantaria.

No entanto, em 1989, “Zé Batateiro” havia concedido uma entrevista ao jornal *O Dia*, narrando, com detalhes, a greve dos operários em 1918, quando teriam “marchado de Santo Aleixo até Magé e conseguiram dominar a cidade por três horas”: “eles marcharam com armas de carregar pela boca, com garruchas ou simplesmente de braços

cruzados. Três horas depois de os operários conquistarem a capital do município, uma tropa de fuzileiros navais desembarcou no Porto de Piedade, em Magé” (LEAL NETO, 1989).

Não argumento aqui sobre uma eventual vontade de falsear a informação. Absolutamente. O que ocorreu no caso do ex-operário José Pereira Leal Neto, foram transferências e projeções de memória. O fato de “Zé Batateiro”, então com 10 anos de idade e residindo em Teresópolis, narrar episódios ocorridos durante a “Greve do Pano” em Magé seria, portanto, uma transferência característica a partir de uma memória herdada, um tipo de projeção que pode ocorrer em relação a outros eventos, lugares e personagens, interligados por meio de um processo de construção de identidade.

Assim como aconteceu com Pollak, ao realizar uma série de entrevistas sobre a guerra na Normandia, invadida em 1940 pelas tropas alemãs, quando encontrou pessoas que na época do ocorrido deviam ter entre 15 e 17 anos, mas se lembravam dos soldados alemães com capacetes pontiagudos, tipicamente prussianos, do tempo da Primeira Guerra Mundial, caracterizando, portanto, uma transferência a partir da memória dos pais (POLLAK, 1992, p. 203).

Os registros de memória dos indivíduos, de forma geral e por definição, são subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Dessa forma, a noção de verdade nesses depoimentos ancora-se tanto nas ideias de foro íntimo, como na reflexão de suas experiências de vida, descartando inicialmente qualquer possibilidade de uma verdade única, de se saber “o que realmente aconteceu”. Este aspecto foge aos interesses deste artigo.

Porém, outra questão fundamental se apresenta no campo da historiografia, que é a crítica interna e externa aos documentos, neste caso, orais e alguns ainda tendo passado por potenciais intervenções: “Quem produziu determinado vestígio? Em que situação? Com quais interesses?” (SCHMIDT, 1997, p. 8). Assim, assumimos aqui uma outra concepção de verdade, em sentido plural, onde o que passa realmente a importar é a ótica assumida nos depoimentos em sua historicidade e como ela foi expressa pelos autores dos relatos, no intuito de descortinar memórias coletivas (GOMES, 2006, p.98).

O segundo problema que enfrentei por ocasião das fontes orais foi derivado de minha própria experiência enquanto jornalista estudantil: as questões de parentesco nas falas de entrevistados, podendo tanto superdimensionar a atuação de personagens próximos ao entrevistador, quanto interditar o depoimento, como ocorreu conosco certa vez ao entrevistar um ex-dirigente sindical do período da ditadura militar, ainda na

época do jornal. Ele repetia diversas vezes que “botou pra quebrar” quando era presidente do sindicato dos têxteis e que, em sua época, “não tinha bagunça, como ocorria no tempo de Astério”. Também sempre perguntava se eu já tinha ouvido falar em Astério dos Santos, no que respondemos afirmativamente. Porém, em dado momento, ao descobrir meu parentesco, o referido entrevistado praticamente não conseguiu mais falar, com certo constrangimento.

Por isso mesmo, com acertada orientação que recebi ao longo da pesquisa, optamos em buscar depoimentos concedidos a outros pesquisadores universitários que estavam desenvolvendo seu trabalho de campo naquele período, realizando entrevistas com metodologia de história oral. Para além daqueles relatos que constavam na dissertação de Sônia Gonzaga Oliveira, foram gentilmente cedidos os acervos de entrevistas com antigos operários produzidos por Joana Figueiredo e Juçara Barbosa de Mello, esta última também historiadora nativa e grande amiga. Ambos se tornaram essenciais para a minha pesquisa (FIGUEIREDO, 2008; MELLO, 2019).

Um terceiro ponto que destaco aqui não me pareceu exatamente um problema, mas sim um instigante desafio: investir em um grupo de potenciais entrevistados que se mostrava aberto a falar de política, comunismo, movimento operário e sindical. Ele era basicamente composto por militantes que, em algum momento, estiveram junto a Astério dos Santos, entres os quais o médico Irun Sant’Anna, dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundador da União Nacional dos Estudantes (UNE) e atuante em Magé, chegando a se candidatar ao cargo de prefeito da cidade em 1954; José Rodrigues, antiga liderança comunista em Santo Aleixo, tendo sua companheira Ilza Gouvea, ex-operária, já falecida, sido eleita vereadora na cidade em 1950; Guilherme Carvalho, presidente do sindicato dos têxteis em Pau Grande, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e candidato a vice-prefeito de Magé em 1962; e Plácido Agra Neto, vereador e líder da bancada do governo de José Barbosa Porto na Câmara Municipal de Magé, entre 1963 e 64.

O depoimento de Guilherme Carvalho havia sido gravado no ano 2000, antes do nosso ingresso da universidade, porém continha importantes informações sobre as formas de mobilização e lutas dos trabalhadores têxteis locais. Infelizmente, não foi possível realizar uma nova entrevista, com o devido rigor metodológico. Já o depoimento de Agra Neto foi produzido de uma forma peculiar, ainda na época da adolescência, quando atuávamos no jornal escolar. Ao encontrá-lo em uma das sessões

da Câmara Municipal, consultei a possibilidade de ele escrever sobre algumas de suas memórias da época em que era vereador com Astério dos Santos.

Para nossa surpresa, o ex-vereador nos escreveu uma carta, em que relatava lembranças de diversos episódios legislativos, solicitando sua publicação em nosso jornal, algo que acabou não ocorrendo por conta do pequeno espaço disponível. Pouco depois, sua carta foi publicada na íntegra em um dos principais jornais da cidade à época. Já as entrevistas com Irun Sant’Anna e José Rodrigues, foram realizadas ao longo da pesquisa para o TCC da graduação, devidamente orientadas na metodologia de história oral. Essas entrevistas revelaram aspectos muito interessantes no âmbito da militância comunista, ao passo que também configurou como um importante estágio na produção desse tipo de fonte.

Ao reunir um considerável acervo de depoimentos concedidos por antigos operários a diversos pesquisadores, a reputação de Astério dos Santos junto ao operariado local foi enfatizada pelas pessoas entrevistadas. Interessante notar que sentimentos de respeito e admiração eram evidenciados inclusive por aqueles trabalhadores alheios à militância comunista ou vinculados a grupos políticos antagônicos. Simultaneamente, verificamos a valorização de dois episódios específicos, bastante recorrentes nas entrevistas.

O primeiro episódio foi uma greve liderada por Astério dos Santos contra a decisão das fábricas em aumentar o número de teares operados pelos tecelões sem, no entanto, elevar o salário. “Ele dava conselhos pra gente não quebrar nada, não provocar os chefes, só ficar parado sem trabalhar”, recordou o operário Antônio Maciel de Oliveira (2005).

O outro episódio recorrente foi o “caso do açúcar”, quando o preço do produto teria sofrido um reajuste significativo nos armazéns de Santo Aleixo, sem motivo legítimo aparente. As informações colhidas nos depoimentos acerca do ocorrido, ainda que bastante lembrado pelos operários, no início eram muito confusas, questão logo resolvida após o aprofundamento da pesquisa, já no doutorado (RIBEIRO, 2015, p. 204). O fato é que houve um protesto de trabalhadores, que chegou a interromper as atividades na fábrica. Durante a manifestação, alguns operários foram levados para a delegacia de Magé. O presidente do Sindicato, Astério dos Santos, acompanhou o grupo, provocando um boato de que ele teria sido preso. Ao recordarem desse episódio, os entrevistados fizeram questão de afirmar que, espalhada a notícia de que Astério estava preso, diversos sindicatos decretaram greve até que ele fosse libertado. “Todos

nós paramos! Solidariedade, né! Nós não íamos deixar um companheiro preso...”, explicou Guilherme Carvalho (CARVALHO, 2000).

Curiosamente, o “episódio do açúcar” também foi lembrado de forma apoteótica por Nito Lima Teixeira, filho de Waldemar Lima Teixeira, liderança do Partido Social Democrático (PSD) e político influente na cidade. O entrevistado demonstrou inclusive uma certa admiração pelo líder operário têxtil, adversário político de seu pai:

Astério tinha uma liderança muito grande no Sindicato. Me lembro bem que teve uma época que estava faltando arroz, feijão, açúcar. [...] começou então uma grande confusão [...]. Nisso correu o boato que Astério estava preso. O comércio todo fechou, a rede ferroviária parou no Rio de Janeiro todo, porque havia aquele movimento contra o governo, então os sindicatos eram muito unidos, eram fortes e conseguiram parar tudo. Pra você vê a liderança forte que ele tinha. O Sindicato teve vários presidentes, mas nenhum teve a liderança que ele teve em Santo Aleixo (TEIXEIRA, 2005).

A propósito, nossa pesquisa tornou-se sobremaneira cativante na medida em que as declarações mais expressivas em favor de Astério dos Santos não partiram dos comunistas, mas de partidários de outras correntes políticas, como o filho de Waldemar Lima Teixeira, ou de trabalhadores com pouca participação político-sindical, como a operária Nelly Gualandi:

Eu só pagava o Sindicato porque era obrigado, mas não fazia parte não... [...] Astério era um comunista famoso mesmo, tinha muito incentivo de fora, era um lutador mesmo. Eu não achava que ele era errado não, mas os donos das fábricas achavam que ele era comunista (GUALANDI, 2005).

O ex-presidente do sindicato têxtil em Pau Grande, Guilherme Carvalho, militante do PTB, também destacou a atuação do dirigente sindical Astério dos Santos:

Ele foi presidente por bastante tempo, inclusive o pessoal acreditava muito nele [...] Era um rapaz muito sério, que lutava sempre pro lado da classe. Onde a classe estava sendo atacada, ali ele estava, em defesa da classe. [...] Aquele rapaz se entregou de corpo e alma, ele deu tudo que tinha à vida sindical [...] Um autêntico líder sindical! [...] Ele gostava muito de reivindicar pela classe, tava do lado do trabalhador [...] E nós sempre marchávamos juntos! Interessante: políticas diferentes, mas amigos... Ele tinha um partido, eu era do PTB [...] Daí a gente dizia assim: ‘políticas diferentes, mas amigos na reivindicação da classe’. [...] Nós não discutíamos política, discutíamos a vida sindical dos trabalhadores (CARVALHO, 2000).

Em contrapartida, nos depoimentos de Irun Sant’Anna e José Rodrigues, ambos proeminentes comunistas em Magé, apesar de terem enaltecido a atuação de Astério dos

Santos na defesa dos interesses dos trabalhadores, foram os mais críticos quanto a sua participação partidária junto ao PCB.

O médico Irun Sant’Anna, por exemplo, avaliou sua liderança como positiva. Relembrou, porém, que após o regresso de Astério de Petrópolis, após alguns anos sumido, por conta da perseguição no final da década de 1940, ele teria passado a atuar de forma mais discreta no partido que o projetou:

Nós tivemos uma relação político e ideológica muito constante. [...] De repente, ele [Astério dos Santos] desapareceu! [referindo-se a sua permanência em Petrópolis]. Quando ele volta, volta numa atividade sindical intensa e menos partidária, muito mais sindicalista do que comuna! E se transforma num grande sindicalista! A massa não tinha restrição, mesmo os adversários, os pelegos dentro da fábrica, o respeitavam porque ele tinha àquela posição serena, constante, permanente. Não levava a massa para aventuras. Mas fazia greve quando era necessário, lutava... Era uma posição muito correta, muito boa! (SANT’ANNA, 2006).

Já José Rodrigues, que chegou a ocupar cargos na direção do PCB em Magé, assumiu uma posição crítica mais incisiva acerca da atuação de Astério dos Santos, principalmente a partir de sua decisão em concorrer ao cargo de vereador, na década de 1950:

Astério foi o melhor presidente que o Sindicato já teve! Mas o melhor presidente enquanto atuou apenas como presidente. [...] Ele foi um bom presidente, mas nunca deveria ter ido para a Câmara [de vereadores]! [...] Eu defendi uma tese que não foi aceita no partido: um bom presidente do Sindicato não deveria deixar para ir à Câmara [tornar-se vereador], pois abandonava o Sindicato e ia para a Câmara para não fazer nada, ou quase nada. Acho um erro um presidente de Sindicato acumular função no Poder Legislativo. Sua participação parou! Depois de vereador, parou! [...] Abandonou uma atividade muito mais produtiva... Vereadores poderiam ser outros operários. Eu achava ele um bom reivindicador! Mas eu, como comunista mais antigo ou considerado, não concordava com sua candidatura a vereador. Mas o apoiei! (RODRIGUES, 2006).

O ex-vereador Agra Neto, que exerceu um dos seus mandatos na mesma época que Astério, valorizou a composição da chamada “ala esquerda” da Câmara, com seus “veementes pronunciamentos, radicais e sistemáticos, ditados por suas direções partidárias”:

Impulsivo, destemido e corajoso; sobretudo sério, leal e inegociável em defesa de suas crenças e convicções voltadas para a “esquerda política” da época, tinha ele [Astério], nesse comportamento, a sua principal característica parlamentar. Como assíduo e respeitado por seus pares, dividia com seu colega de opinião e

bancada – vereador Darcy Câmara – os discursos inflamados e tonitruantes que ambos proferiam num mesmo tom, de suas respectivas tribunas; registrados certamente estarão nos anais da nossa Câmara. [...] Quantas vezes, lembro-me bem, teve a presidência [da Câmara] acionar a campainha da Mesa para serenar os ânimos e impor ordem no aceso de tantos debates, quase sempre iniciados pela dupla Astério/Darcy, a chamada ‘ala esquerda’ do legislativo mageense... (AGRA NETO, 1999).

Nestes depoimentos percebe-se uma clara distinção entre o Astério “sindicalista”, “vereador” e “comunista”, enquanto militante partidário. Ao passo que José Rodrigues valorizou o líder operário em detrimento do líder político (vereador), Irun Sant’Anna demonstrou certa perplexidade ao vê-lo numa atuação mais intensa no âmbito sindical em vez de partidário.

Por outro lado, no avançar das pesquisas verificamos também denúncias apresentadas contra o vereador Astério dos Santos em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possíveis desvios de dinheiro público e empreguismo no governo de José Barbosa Porto. Na ocasião, as acusações de empreguismo mencionavam uma das filhas de Astério dos Santos, que havia sido nomeada para cargos no governo municipal. Embora não fizesse parte da denúncia apresentada, convém ressaltar que outro filho do vereador Astério dos Santos havia sido nomeado para o cargo de contínuo da Câmara Municipal, pouco antes da instauração da CPI. Ao fim e ao cabo, no entanto, Astério dos Santos teve seu mandato cassado após a destituição do presidente João Goulart, em 1964, como “elemento comunista” (RIBEIRO, 2015, p. 220, 234-235 *passim*).

Memórias operárias: do subterrâneo ao público

[...] Se alguém reivindicasse seus direitos, deixava de pertencer ao vínculo empregatício, além de serem dados como comunistas, baderneiros, sendo até presos, torturados e espancados (SOARES, 1999).

[...] Com a revolução, o sindicato foi invadido pelos militares, que queimaram documentos, móveis e tudo mais. Boa parte da nossa história virou cinzas! (SANTOS, 1999).

[...] Na época da Revolução, minha filha, danaram a prender gente a torto e a direito, gente que nem nunca tinha entrado naquele sindicato (SOUZA, 2007).

[...] Em 64, houve uma loucura lá sabe. Negócio de comunismo, né... Inventaram negócio de comunismo! Foram uns dias muito tristes [...]. Muito chefe de família ali apanhou desnecessariamente. Se falava assim: “ah, fulano de tal é comunista!”. O cara tava trabalhando, o cara entrava pra trabalhar e a

polícia ia lá onde é que tava trabalhando... Arrebenta! E já começava a bater de lá, saia batendo numa pessoa. [...] Houve muita caguetação [denúncias]. Quebraram as máquinas do sindicato, das costureiras lá [refere-se ao Curso de Corte e Costura no Sindicato] [...] Quase mataram o Astério. Muitos apanharam, mas apanharam muito, levaram o nome de comunista. Muitos apanharam inocentemente. Até hoje se fala comunista mas, em verdade mesmo, a gente nem sabe o que é comunista... Eles falavam assim pra um meio de atingir as pessoas sabe... (SANTOS, 2008).

Conforme apontado desde o início deste artigo, para muitos trabalhadores de Santo Aleixo, relatar publicamente suas lembranças sobre o golpe de 1964 ainda era um tabu. A invasão policial aos sindicatos, as prisões indiscriminadas de operários e a forte repressão que se estabeleceu desde então permaneceram como memórias subterrâneas durante muito tempo. Entretanto, na medida em que pesquisas acadêmicas e iniciativas locais de resgate histórico começaram a ser empreendidas, sobretudo ao registrar relatos de antigos trabalhadores das fábricas de tecidos, este silêncio foi sendo paulatinamente interrompido e as memórias operárias até então interditas foram alcançando o espaço público.

Em minhas pesquisas de graduação, mestrado e doutorado foram incorporadas dezenas de depoimentos aos mencionados estudos, obtidos por variados pesquisadores, sempre buscando considerar as condições em que essas fontes orais foram produzidas e os objetivos dos estudos nos quais elas estavam inseridas, sem deixar de lançar mão de uma análise crítica exigida a qualquer fonte histórica.

Nesse sentido, gostaria de destacar um dos acervos de entrevistas mais recentes que conseguimos incluir na pesquisa, que foi desenvolvido no âmbito do documentário *Tear*, produzido por Taiane Linhares, na versão curta e longa-metragem (LINHARES, 2013). Não somente pelos depoimentos terem sido captados em audiovisual com destacada qualidade, mas, sobretudo, por esses trabalhadores terem relatado de forma aberta e pública, pela primeira vez, suas lembranças sobre o golpe de 1964 na região. Foi uma surpresa para todos que pesquisam a região.

Obviamente, quando buscamos compreender e explicar essa “liberação” na memória operária local para tratar de assuntos tão delicados e dolorosos, pensamos em conjunturas favoráveis mais abrangentes, como a atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), tornando este debate sobre a ditadura mais frequente, inclusive com cobertura dos meios de comunicação.

No entanto, há outro fator que gostaria de ressaltar aqui, intimamente ligado ao próprio ofício de pesquisador e os resultados de pesquisa a longo prazo. O fato desses

trabalhadores têxteis, desde o final da década de 1970, serem procurados por historiadores, sociólogos, antropólogos e demais profissionais, de forma recorrente, para registrar suas memórias, certamente construiu aprendizados mútuos: os investigadores da memória operária avançaram, significativamente em seus estudos, bem como essa comunidade começou a superar certos traumas, passando a compartilhar experiências interditas.

De forma complementar, também podemos valorizar a atuação de seus pesquisadores nativos, incluindo aí a Juçara Mello e a própria Taiane Linhares, mesmo tendo sua formação em Comunicação Social. O fato é que filhos e filhas de trabalhadores têxteis ingressaram na universidade e, a partir dessa experiência acadêmica, buscaram estudar sobre essas experiências familiares e comunitárias ligadas ao passado de um polo industrial têxtil, gerando reflexões e aprendizados mútuos.

Neste processo, enfim consegui superar o tal “peso” de ter o próprio avô como um dos personagens pesquisados, aspecto que se reforçou durante nossa Banca de Defesa de Doutorado, quando fui arguido sobre a possibilidade de minha pesquisa buscar resolver, no fundo, questões familiares. Na ocasião, destaquei que, embora a pesquisa tenha sido inevitavelmente estimulada por conta dessas ligações próximas, ela apresentava conteúdo e argumentos tão legítimos quanto aqueles atribuídos a uma investigação exógena e aparentemente mais isenta.

Se não fosse assim, como relatei na defesa, essa história já teria me bastado quando, na época do jornal escolar, antes mesmo de ingressar na universidade, minha mãe acordou me agradecendo por tanto perguntar sobre o tal avô Astério. Na realidade, para além da dor da repressão política que a família sofreu, havia uma longa trajetória de ausência paterna em casa, por conta de sua militância política. Diante da pobreza, seguidas negativas de emprego para membros da família e de sentimentos de revolta, minha mãe guardava como última lembrança do seu pai uma briga que protagonizaram dias antes dele falecer, trauma que internamente só foi superado por ela após sonhar com seu pai lhe perdoando, justamente naquele período em que eu tanto perguntava sobre ele. Como disse em minha defesa, se fosse para resolver simplesmente questões familiares, aquele dia com minha mãe já seria o bastante.

O que tudo isso tem proporcionado coletivamente, sobretudo após o documentário *Tear*, não é possível mensurar neste momento, até porque, quanto ao tabu sobre a história da ditadura, o que temos infelizmente presenciado são diversas reações saudosistas do autoritarismo e anticomunismo, em estilo bem caricato.

Porém, tendo os trabalhadores têxteis de Santo Aleixo e sua trajetória coletiva como foco, é surpreendente comparar uma fotografia do cinema na década de 1940, patrocinado pela fábrica, quando operários, operárias e suas famílias vestiam sua melhor roupa para assistir a uma história, via de regra, alheia ao seu cotidiano, mas com grande capacidade de entreter essa população; ao passo que, em 2014, muitos desses antigos operários voltaram a se arrumar e partiram para a sede do sindicato dos têxteis, pois lá havia sido improvisado um cinema, cuja história retratada tinha como protagonistas os próprios telespectadores e as histórias de suas famílias. Um exemplo do quanto o trabalho coletivo de historiadora(e)s pode ser empoderador, especialmente para os “de baixo”, devidamente percebidos enquanto sujeitos históricos e com capacidade de agência.

No distrito de Santo Aleixo, percebemos que havia uma forte rivalidade entre os trabalhadores das duas fábricas, que se estendia aos clubes de futebol e agremiações carnavalescas mantidas por elas. Eram os “de cima”, da Fábrica Andorinhas, e os “de baixo”, da Fábrica Santo Aleixo. Ao mesmo tempo, reconhecemos que, devido à presença concreta das fábricas em praticamente todos os setores da vida do operariado, estabeleceu-se uma identidade social e coletiva em comum no distrito, como se as duas comunidades fabris (trabalhadores e patrões) formassem uma “Grande Família”.

Havia ainda outro laço de identidade constituído na localidade: uma identidade operária, surgida a partir da demanda comum por direitos sociais e políticos diante das arbitrariedades do patronato e, por consequência, do Estado. Foi essa interpretação comum que, em grande medida, motivou esse grupo de trabalhadores a desencadear greves, como a do “pano”, fundar sindicatos e aderir a proposições do PCB. Nesse ínterim, tanto a ascensão dos comunistas em Santo Aleixo quanto a atuação de Astério dos Santos promoveram uma personificação bastante curiosa e conflitiva na memória operária local, que realça o cognome “moscouzinho” com sinônimo do orgulho de uma “época áurea”, ao passo que rechaça amplamente o comunismo, pouco importando que o distrito ser chamado de “Pequena Moscou” era uma referência à capital da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (RIBEIRO, 2016, p. 158-160).

Considerações finais

Ao compartilhar algumas de minhas experiências como historiador nativo, espero ter contribuído de alguma maneira com os debates sobre história do trabalho articulada à memória operária. Enquanto professor-pesquisador de história, oriundo de uma família operária que compõe o estudo deste artigo, acredito que podemos oferecer um certo diferencial epistemológico no exercício de compreensão daquele “código interno do grupo”, propondo outras perspectivas de análise – não superiores, nem mais legítimas –, mas estimulando novos estudos e revisitações a objetos de pesquisa, a partir das nossas experiências familiares de origem como um “historiador social vindo de baixo e produzindo histórias vistas de baixo” (MAC CORD, 2014, p. 125).

Ressaltamos que nos relatos de pesquisa aqui abordados, mesmo tendo como mote inicial – ainda na graduação – a trajetória de uma liderança sindical e a análise de memórias operárias construídas em torno deste personagem, visando melhor compreender o grupo de trabalhadores têxteis de Santo Aleixo, não foi desenvolvido propriamente um estudo biográfico. Porém, experiências individuais foram resgatadas como constitutivas do *fazer-se* da classe trabalhadora analisada (THOMPSON, 2012).

Este foi o ponto de partida que escolhi para iniciar minha trajetória de pesquisa como historiador nativo, expressão que só viria a conhecer a partir do mestrado. Ao longo desse tempo, mediante novas experiências e aprendizados bastante fomentados por meus orientadores, pude ampliar de forma significativa as minhas referências bibliográficas, meus pressupostos teórico-metodológicos e meu conjunto de fontes.

Estudando essas memórias operárias, soube de diversos trabalhadores têxteis que foram eleitos vereadores na cidade entre os anos de 1947 e 1964, bem como tive acesso às atas legislativas do período. Tudo isso me levou a pesquisar esses operários na tribuna em minha pesquisa de mestrado, quando também aprofundi o levantamento de fontes da imprensa e estabeleci contato estreito com as famílias de vários desses vereadores, obtendo precisas informações e acervos particulares.

Da trajetória de um desses vereadores, acabei me aprofundando no doutorado sobre as tensões entre o rural e o urbano na cidade, seguindo o rastro das ações de partidos políticos, associações e sindicatos que buscavam representar os interesses de trabalhadores rurais e têxteis em Magé. Nesse período, conheci pessoalmente a pesquisadora Sônia Gonzaga e tive acesso ao seu acervo de entrevistas e imagens. Também tive acesso às entrevistas com trabalhadores rurais de Magé realizadas, no

início da década de 1980, pela pesquisadora Leonilde Servolo Medeiros e, mais recentemente, por Marco Antônio Teixeira, sem falar nos benefícios da era digital, tendo acesso *online* a centenas de periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e aos processos do projeto Brasil Nunca Mais (BNM).

Paulatinamente, dezenas de experiências individuais dos grupos de trabalhadores analisados foram vindo à tona, constituindo pequenas biografias, permitindo “cruzar a História Oral e a nomeação para acompanhar as trajetórias individual e familiar dos trabalhadores”, estimulando a percepção sobre a riqueza e diversidade dessas histórias reveladas através da investigação de experiências individuais e coletivas entremeadas (NASCIMENTO, 2016, p. 622). São esforços que se fundam no coletivo e a longo prazo, tendo “auxiliado na renovação de várias áreas, como a história política, a história da escravidão e do pós-abolição, a história do movimento operário, a história das religiões, etc” (AVELAR; SCHMIDT, 2017): “seguir as existências de homens e mulheres que cruzaram esses marcos nos permite acompanhar as continuidades e descontinuidades entre eles, examinar as heranças preservadas e perceber as reconfigurações que se fizeram necessárias” (CASTELLUCCI; SCHMIDT, 2016, p. 6).

Há, portanto, pesquisa acadêmica de qualidade sobre história do trabalho produzida por quem já está na universidade há um bom tempo, mas é “de fora” e analisa ou “se coloca na pele do trabalhador diante da máquina no interior da fábrica, durante um período de tempo”; bem como por quem está chegando agora no mundo acadêmico, mas observa a vida cotidiana e o código interno do grupo “por dentro”, tal como o “universitário egresso das classes trabalhadoras pode fazer em certas condições de revalorização cognitiva de sua experiência familiar de origem” (LOPES, 2011, p. 591).

Referências

Fontes

- RODRIGUES, José. *Entrevista concedida a Felipe Ribeiro*. 04. Ago. 2006.
- SANT’ANNA, Irun. *Entrevista concedida a Felipe Ribeiro*. 06. Abr. 2006.
- SANTOS, Hermínio. *Entrevista concedida a Joana Figueiredo*. 06. Abr. 2008.
- CARVALHO, Guilherme. *Entrevista concedida a Felipe Ribeiro*. 2000.
- GUALANDI, Nelly. *Entrevista concedida a Juçara Mello*. 15. Jan. 2005.

OLIVEIRA, Antônio Maciel de Oliveira. *Entrevista concedida a Juçara Mello*. 20 Jan. 2005.

SOUZA, Lúcia de. *Entrevista concedida a Juçara Mello*. 10 Out. 2007.

TEIXEIRA, Nito Lima. *Entrevista concedida a Juçara Mello*. 05 Jan. 2005.

Bibliografia

AGRA NETO, Plácido. *Depoimento em carta remetida a Felipe Ribeiro*. Out. 1999.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARCOVERDE, Márcio Romerito da Silva. *Lutas operárias num espaço semi-rural: trabalho e conflitos sociais em Moreno-PE. 1946-1964*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional), Recife, UFRPE, 2014.

AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso. *Dois historiadores falam sobre biografia e escrita biográfica (Entrevista)*. Entrevista concedida a Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/biografia-e-escrita-biografica/>. Publicado em: 21 nov. 2017. Acesso em: 20 abr. 2020.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

CASTELLUCCI, Aldrin; SCHMIDT, Benito Bisso. A título de apresentação: biografia e história do trabalho. *Mundos do Trabalho*. v. 8. n. 15. p. 5-8, jan-jun/2016.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “Etnógrafo nativo ou nativo etnógrafo”? Uma (auto)análise sobre a relação entre pesquisador e objeto em contextos de múltiplas pertencas ao campo. *Revista de Antropologia da UFSCar*. v. 8. n. 1. p. 41-52, jan-jun/2016.

COSTA, Rodolfo Souza. *Trabalho e vivência cotidiana no complexo canavieiro na região do Vale do São Lourenço-MT (1972-2012)*. Dissertação (Mestrado em História), Cuiabá, UFMT, 2017.

DUBY, Georges. *Guilherme, o Marechal: o melhor cavaleiro do mundo*. Coleção Construir o Passado. Lisboa: Gradiva, 1986.

FIGUEIREDO, Joana Lima. *Fábrica Santo Aleixo: Magé, Arte e Patrimônio da Industrialização (1847-1979)*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Arte), Niterói, UFF, 2008.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. a. 1. n. 9. Abr. 2006. p. 98.

HOGGART, Richard. *As utilizações da Cultura*: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Presença, 1973.

IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JORNAL DO PT [publicação do Movimento Pró Partido dos Trabalhadores/RJ]. a.1. n.2. Mar. 1980.

LEAL NETO, José Pereira. Entrevista em reportagem. In: O DIA. *Santo Aleixo é enclave comunista em Magé*. 04 Jun. 1989. p.6.

LINHARES, Taiane. *Tear* [documentário]. 2013. Disponível em <www.doctear.com.br>. Acesso em: 09 Mar. 2020.

LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Brasília, DF: Editora UNB; Marco Zero, 1988.

_____. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. *Mana: Estudos de Antropologia Social*. v. 17. n. 3, p. 583-606, dez/2011.

MAC CORD, Marcelo. E. P. Thompson, a historiografia brasileira e a valorização das experiências dos trabalhadores. *Trabalho Necessário*, a. 12, n. 18, p. 123-144, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo*: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril. Curitiba: Prismas/Appris, 2019.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, p. 607-626, set-dez/2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, n. 10, dez/1993.

OLIVEIRA, Guilherme Santos Cabral de. “Na vanguarda do seguro social brasileiro”: estiva, previdência e cidadania nas décadas de 1930 e 1940 (Rio de Janeiro). Dissertação (Mestrado em História), Seropédica, UFRRJ, 2017.

OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. *Montanhas de Pano*: fábrica e vila operária em Santo Aleixo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de Memória*: Lembranças de Operários Têxteis Sobre Identidade e Trabalho. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos - CPDOC*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos - CPDOC*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social), São Gonçalo, FFP/UERJ, 2011.

_____. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2015.

_____. *Memórias da Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a liderança de Astério dos Santos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RIMA [Repositório do Instituto Multidisciplinar e Acervo – UFRRJ]. *Depoimentos concedidos ao Grupo Centenário (1992)*. Disponível em <<http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/188>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

SANTOS, Jorge Ferreira dos. *Entrevista em reportagem*. In: INFORMATIVO COLÉGIO 1º DE MAIO. *Moscouzinho do Brasil*. mar/1999.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidades e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: UNICAMP, 2004. p.25-48.

_____. Espaço, redes e formação de classe. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, p. 6-33, jan-jun/2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, v. 10, n. 19, p. 3-21, 1997.

SILVA, Leonardo Ângelo da. *Industrialização, relações de classe e participação política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954)*. Dissertação (Mestrado em História), Seropédica, UFRRJ, 2010.

SOARES, Antônio Carlos Guimarães. *Entrevista em reportagem*. In: INFORMATIVO COLÉGIO 1º DE MAIO. *Moscouzinho do Brasil*. mar/1999, p. 5.

TRISTAN, Daniela Rebelo Monte. *Trabalhadores da Tecejuta: experiência operária e construção da memória numa fábrica têxtil do Oeste do Pará (Santarém, 1951-1990)*. Dissertação (Mestrado em História), Manaus, UFAM, 2016.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra. *Estudos Cebrap*. v. 4, p. 66-105, abr-jun 1973.

WEID, Elisabeth von der; & BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O Fio da Meada: Estratégia e Expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril 1878/1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.